

Cadernos de Gênero



PCdoB

Secretaria Nacional da
Mulher do PCdoB

ED. #2



Mais mulheres na política: como garantir?

ARTIGOS

Cadernos de Gênero



Secretaria Nacional da
Mulher do PCdoB

ED. #2
OUTUBRO 2021

Mais mulheres na política: como garantir?

SUMÁRIO

- Política de Quadros para as Mulheres
Ana Rocha | **p. 5**
- Contribuições do movimento sindical à construção do feminismo popular, classista e emancipacionista
Valéria Morato | **p. 7**
- O debate de gênero e etnia no parlamento brasileiro
Valdivino Neto | **p. 9**
- O calcanhar de Aquiles do “Partido das Mulheres”
Theófilo Rodrigues | **p. 11**
- A luta pelo empoderamento da mulher
Vanessa Grazziotin | **p. 14**
- Cancelamento da conferência de mulheres em governo conservador é vitória das feministas emancipacionistas
Vanja Santos | **p. 17**
- Participar das lutas pela emancipação das mulheres é tarefa de toda/o comunista
Lúcio Flávio de Castro Dias | **p. 19**
- Comunicação para as mulheres
Géssica Ruana | **p. 21**
- O feminismo Emancipacionista, a identidade e a luta feminista
Julieta Palmeira | **p. 23**
- Exposição na pré-Conferência sobre Emancipação das Mulheres da Bahia
Dani Costa | **p. 26**
- Mulheres populares, legado de força, luta, superação e solidariedade!
Ângela Guimarães | **p. 28**

Apresentação

Camaradas!

Esta segunda edição de *Cadernos de Gênero* contém dez artigos publicados na Tribuna de Debates da 3ª Conferência Nacional do PCdoB sobre a Emancipação das Mulheres. A escolha se deu em função da temática: Mulheres, Poder, Política.

Os textos estão publicados pela ordem em que foram divulgados. Eles fazem parte de um total de 55 textos veiculados na Tribuna de Debates. Vieram dos seguintes estados: Amapá (1), Amazonas (2), Bahia (5), Ceará (3), Distrito Federal (1), Goiás (1), Maranhão (1), Minas Gerais (9), Paraná (2), Pernambuco (2), Rio de Janeiro (7), Rio Grande do Sul (6), São Paulo (13). Gênero das autoras/autores: 87% mulheres; 18,5% homens.

Os principais temas abordados, lembrando que um mesmo texto pode abordar mais de um tema, são:

Pandemia: 21 textos (38,2%);

Popularização do emancipacionismo: 18 textos (32,7%);

Divisão sexual do trabalho e dupla jornada de trabalho: 16 textos (29,1%);

História e gênero: 15 textos (27,3%);

Mundo do trabalho, renda e sindicalismo: 14 textos (25%);

Marxismo e teorias feministas: 14 textos (25%);

Partido, estruturas institucionais e políticas de quadros: 12 textos (21,8%);

Estado, democracia e políticas públicas: 12 textos (21,8%);

Questão racial: 11 textos (20%);

Poder e espaço público: 10 textos (18,2%);

Família e espaço doméstico: 9 textos (16,4%);

Bolsonarismo e crise brasileira: 9 textos (16,4%);

Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: 9 textos (16,4%);

Frente ampla: 6 textos (10,9%);

Crise do capitalismo: 6 textos (10,9%);

Violência de gênero: 6 textos (10,9%);

Juventude: 4 textos (7,3%);

Saúde: 4 textos (7,3%);

Educação: 4 textos (7,3%)

Assim, a Tribuna de Debates foi uma amostra das preocupações que envolvem a luta emancipacionista num contexto brasileiro de crise sanitária, política, econômica e social. Refletem também a resistência à onda conservadora que tenta redesenhar o papel das mulheres ao espaço privado, com cortes de verbas na educação e saúde, com o desmonte das políticas públicas de gênero. Enfim, refletem o rico debate impulsionado pelo documento base da 3ª Conferência, que publicamos no primeiro número deste *Cadernos de Gênero*.

Por entender a participação política das mulheres como fundamental na resistência à onda conservadora, é que optamos por publicar os artigos que focam questões referentes às mulheres nos espaços de poder e decisão no Partido e na sociedade.

Vanessa Graziottin
Secretária Nacional da Mulher
do PCdoB



Política de Quadros para as Mulheres

ANA ROCHA

Psicóloga, Jornalista, Mestra em Serviço Social, Secretária da Mulher do PCdoB-RJ, do Comitê Central do PCdoB, da Coordenação do Fórum Nacional do PCdoB sobre a Emancipação das Mulheres

O protagonismo das mulheres e da luta antirracista são fenômenos marcantes da contemporaneidade.

A conjuntura de crise estrutural do capitalismo, de crise sanitária, de crise política de um governo conservador de ultra direita evidenciou ainda mais a discriminação das mulheres, suas condições precárias de trabalho, na maioria informal, a sobrecarga doméstica e de cuidados, bem como o aumento da violência de gênero, com aumento dos feminicídios. Também merece destaque a violência política que se abateu com força sobre as mulheres nas últimas eleições, e nas eleitas no exercício de seus mandatos.

O PCdoB sempre manteve a marca marxista de entender a luta pela emancipação das mulheres entrelaçada com a luta de classes e a luta antirracista, como parte do processo da formação econômica, política, social e histórica brasileira. Trata o tema como estratégico e por isso mesmo, incluiu no seu estatuto, criou Secretaria da Mulher e Fórum Sobre a Emancipação das Mulheres. E o ineditismo das Conferências Partidárias sobre a Emancipação das Mulheres. Não é por acaso, portanto, o protagonismo das mulheres comunistas no Partido e na Sociedade.

Foi dando continuidade a essa trajetória que ocorreu a 3 Conferência sobre a Emancipação das Mulheres. Os debates

da Conferência foram feitos no sentido de entender o novo contexto político, econômico e social. Visando compreender o efeito da onda conservadora contra as mulheres, a tentativa de retrocesso de suas conquistas e de redesenho do papel social das mulheres. Esse redesenho interessa ao capitalismo em crise: empurrar as mulheres para o espaço privado, responsáveis pelos cuidados, sem políticas públicas, dificultando a sua participação social e política. Essa tentativa faz parte da ofensiva conservadora de travar o avanço e a democracia.

As Eleições Municipais de 2020, que impuseram derrota ao Bolsonarismo, mas com êxito da direita, apresentaram avanço moderado da representação das mulheres. No caso do PCdoB, o destaque foi a grande votação da Manuela D'Ávila em Porto Alegre. Importante foi o papel protagonista da Secretaria Nacional de Mulheres, em articulação com as Secretarias Estaduais, no sentido de reforçar as candidatas do PCdoB, sobretudo nas capitais. O resultado não foi o esperado. Mas fica o desafio de fortalecer as lideranças que ousaram disputar e aquelas eleitas em cidades importantes como Porto Alegre, Recife, Campina Grande, Niterói, dentre outras.

É fundamental entender os muitos obstáculos à participação política das mulheres, que se ligam com sua opressão histórica, com a onda conservadora e machista em curso, com uma legislação eleitoral restritiva. E sobretudo é preciso superar a sub-representação política das mulheres, com um amplo leque de medidas. Focar nas Eleições de 2022, com medidas concretas para fortalecer desde já as lideranças mulheres.

Uma Política de quadros para as mulheres leva em conta o contexto acima e pressupõe:

1 – Traçar um perfil das mulheres na estrutura partidária; seu potencial de militância; possível realocação e promoção na estrutura partidária. (Analisar a Pesquisa feita e voltar a realizar outra)

2 – Entender a realidade das trabalhadoras, levando em conta sua sobrecarga, e maior dificuldade de militância

3 – Mapear os quadros oriundos da juventude e apontar sua possibilidade de militar nas entidades emancipacionistas...

4 – Uma Política de formação descentralizada e abrangente, voltada para os quadros, mas também acessível as militantes e filiadas.

5 – Uma Política de Comunicação, mais interativa com o conjunto das mulheres, com debate de temas em pauta, dando visibilidade à luta cotidiana das mulheres. Ao mesmo tempo que dê dinamismo à luta de idéias em curso na sociedade sobre temas candentes do movimento feminista.

6 – Capacitar politicamente as pré-candidatas, como porta-vozes do partido e da política emancipacionista. Criar condições continuadas para seu enraizamento e protagonismo.

7 – Reforçar a ação da Secretaria Nacional de Mulheres do PCdoB, bem como das Secretarias Estaduais e Municipais, com investimento prioritário nas capitais do Sudeste, onde o desempenho eleitoral do PCdoB encontrou mais dificuldade.

8 – Aproveitar o processo da 3ª Conferência sobre a Emancipação das Mulheres para a eleição dos Fóruns Estaduais e Municipais sobre Emancipação das Mulheres, compostos de dirigentes homens e mulheres, para que impulsionem o debate e ações visando a emancipação das mulheres.

9 – O PCdoB precisa destacar, dar visibilidade às mulheres em suas fileiras, ao protagonismo de sua luta; garantir sua presença e participação no debate e nas mesas dos eventos partidários. Tomar medidas concretas para minimizar os sacrifícios individuais devido à sobrecarga doméstica e aos preconceitos machistas seculares que afetam e dificultam o protagonismo político das mulheres. Entender, que neste contexto de crise e onda conservadora, as mulheres encontrarão maiores obstáculos à sua participação social e política. Que elas estarão mais sobrecarregadas com a luta pela sobrevivência, sem renda fixa, na maioria mães solo. Situação agravada pela redução de políticas públicas, tornando-as mais vulneráveis e expostas à violência geral e de gênero. Lembrar sempre que as mulheres negras são ainda mais discriminadas e ainda sofrem a dor da perda de seus filhos, vítimas de balas perdidas, da violência de toda ordem.



Contribuições do movimento sindical à construção do feminismo popular, classista e emancipacionista

VALÉRIA MORATO

Presidenta da CTB/MG, do Sinpro/MG e integrante do Comitê Central do PCdoB

Os documentos da 3ª Conferência Nacional do PCdoB pela Emancipação das Mulheres apontam inúmeros desafios políticos, organizativos e teóricos que precisarão ser respondidos de forma rápida e assertiva pelo coletivo partidário. As provocações mobilizadoras, consubstanciadas nas palavras de ordem “mais democracia, mais mulheres na política”, e “vamos construir o feminismo popular” reafirmam a urgência de atualizarmos nossa atuação em todas as frentes e movimentos.

No âmbito do movimento sindical classista, nosso grande desafio será combinar, no próximo período, formas inovadoras de atuação junto à mulher trabalhadora, a partir de diagnósticos mais precisos sobre as especificidades de cada categoria e organização, e a construção de uma narrativa que amplie o diálogo com estes setores e que também fortaleça as emancipacionistas na disputa de ideias com outras correntes feministas que atuam nos sindicatos e nos movimentos sociais.

Os efeitos sanitários, econômicos e sociais da pandemia agravaram a crise em curso. As mulheres são as mais atingidas. De acordo com o Dieese, metade da população ativa feminina está fora do mercado de trabalho.

As mulheres que têm origem em segmentos sociais vulneráveis, pertencentes a grupos raciais marginalizados e precariamente ocupadas sofrem as consequências da crise de forma mais acentuada, com a perda imediata do emprego.

Já as mulheres que estão no mercado de trabalho estão se submetendo a sobrecargas extenuantes de trabalho e ao aumento das atividades domésticas e de cuidados. Acompanhei o drama de professoras da rede privada que dormiam quatro horas por noite para conciliar todas estas funções e ainda lecionar em modo on-line. Um estudo recente do IPEA apontou que as mulheres representam 56,9% das 7,9 milhões de pessoas que estavam em trabalho remoto

no país. O estudo também revela que 65% das pessoas que estão trabalhando em casa são brancas, 76% têm nível superior completo e 84% têm vínculo formal.

O PCdoB tem um magnífico acúmulo na construção do feminismo emancipacionista. São inúmeros os exemplos da nossa capacidade de diálogo com a sociedade, com as mulheres e com outras correntes do pensamento feminista em diversas frentes. Consolidamos lideranças nacionais como Manuela D'Ávila e a nossa combativa bancada parlamentar de deputadas federais, e também projetamos, mesmo em condições adversas, novas vozes que entrelaçam o feminismo com as lutas sociais em diversas localidades.

O movimento sindical classista também tem se esforçado, ao longo destes anos, para incorporar a questão de gênero e as bandeiras emancipacionistas nas lutas das categorias. A igualdade entre homens e mulheres é uma afirmação política inscrita em 2007 na certidão de nascimento da CTB, única central do país que valoriza a flexão de gênero em seu nome. Estimamos que no próximo congresso de nossa central, as mulheres trabalhadoras representarão 50% do total de delegados.

Entre as várias iniciativas exitosas do sindicalismo classista em fomentar o diálogo e a reflexão sobre o feminismo emancipacionista, destaco duas empreendidas pelo Sinpro/MG, cuja categoria é composta por 70% de mulheres trabalhadoras. A primeira é a revista *Elas por Elas*, que aborda temas como educação, trabalho, política, feminismo e questões étnico-raciais, violência doméstica, saúde, beleza, comportamento, arte e história, com ênfase no protagonismo das mulheres para superar os desafios de uma sociedade machista, patriarcal e capitalista.

A revista se consolidou como importante instrumento de comunicação e de formação entre as professoras, entidades representativas de gênero e no mundo político e sindical. Além disso, desde 2012, o Sinpro homenageia mulheres que contribuem para dar visibilidade, mobilizar

e fortalecer a luta pelos direitos, participação política e igualdade de gênero, na perspectiva da busca do socialismo, através da Comenda Clara Zetkin (1857-1933), um tributo à trajetória da revolucionária alemã e militante feminista que, dentre outros legados deixados à nossa luta, lançou a ideia de um dia internacional da mulher, o dia 8 de março.

Aprofundar o entrelaçamento entre as lutas das mulheres e a luta pelo socialismo continua sendo o grande desafio da corrente emancipacionista. Neste sentido, a partir do acúmulo de experiências e da avaliação dos avanços e limites dos últimos anos, precisamos construir novas estratégias de abordagens, amplas e compatíveis com o mundo do trabalho atual e com os diferentes anseios materiais e subjetivos das mulheres trabalhadoras. Este tipo de estratégia pode nos aproximar de setores populares, inclusive dos mais conservadores nos costumes e avessos à retórica de alguns movimentos feministas e identitários.

Por fim, entendo que esta questão deve ser debatida pelas comunistas que atuam no movimento sindical, num encontro nacional que já incorpore as resoluções desta conferência. O encontro pode debater e aprovar diretrizes específicas sobre a atuação sindical neste campo, para que possamos implementar nacionalmente uma política integrada às questões da mulher nas áreas de formação, comunicação, sindicalização e outras áreas pertinentes. Assim, o movimento sindical classista vai incorporando, definitivamente, a luta pela emancipação feminina na sua agenda prioritária.

Espero que estas reflexões possam fornecer insumos para que o movimento sindical continue a contribuir para aumentar nossa influência entre as mulheres, ampliar a luta sindical, revelar e consolidar novos quadros políticos e eleitorais, ajudar o partido a superar a cláusula de barreira, derrotar o bolsonarismo e avançar na construção de um novo projeto nacional de desenvolvimento.

O debate de gênero e etnia no parlamento brasileiro

VALDIVINO NETO

Membro do Comitê Estadual do PCdoB Ceará, historiador e indígena Kariú Kariri

Um grande desafio no projeto democrático brasileiro é tornar o nosso parlamento realmente democrático quanto a representação popular uma vez que o nosso país tem possui grande diversidade étnica. Quanto à questão de gênero, temos uma grande diferença da representação real do parlamento, da realidade do povo e da composição do povo brasileiro e entre homens e mulheres.

A participação das mulheres no parlamento está distante de sua realidade real na composição da população brasileira. Numa pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2016 sobre população residente, em relação a sexo, as mulheres representavam 51,5% e os homens, 48,5%. Porém, essa porcentagem no parlamento se inverte de forma desproporcional, ou seja, dos 513 deputados eleitos em 2018, 436 são homens e 77 mulheres, isso significa que as mulheres representam apenas 15% da composição da Câmara dos Deputados.

Esses dados demonstram que as políticas de reserva de cotas de 30% para candidatas mulheres nos partidos políticos, não está causando efeito. Fato este porquê essa medida tinha que ser estendida para composição das cadeiras do parlamento, ou seja, as cotas não deveriam ser apenas para candidatas, mas ser também de reserva de cadeiras no parlamento.

Quanto a composição étnica do Brasil, nos deparamos com outro problema. Segundo o IBGE, a composição da população brasileira quanto a cor e etnia é: *amarela, branca, indígena, parda e preta*. Entendemos que este parâmetro já se encontra obsoleto, uma vez que proporciona dois agravantes: primeiro que a população Cigana não é contabilizada; e segundo que o grupo *parda* não corresponde ao pardo das políticas afirmativas, pois esta beneficia apenas o *parda negro* e *parda*, no IBGE, é heterogênic, ou seja, multiétnico. O que fazer com essa população *parda não negra* que, mesmo de baixa renda, não são contempladas, por exemplo, com as cotas étnico raciais?

Para sanar essa problemática quanto a diversidade étnica do povo brasileiro, vejo que o IBGE tem que estabelecer um novo parâmetro de divisão étnica no Brasil, onde inclua os ciganos e um outro grupo para representar o *parda não negro*; e os *não declarados* e o grupo de cor preta, passam a

representar o contingente da população brasileira *negra e pardo negro* e estabelecer um outro grupo étnico. Podemos pegar, por exemplo, o grupo *caiçara*, fruto de uma miscigenação de indígenas, negros e brancos para representar essa população multiétnica, e o *indígena* passa a representar os povos indígenas e os caboclos. Dessa forma, os macros grupos étnicos do padrão IBGE seriam: *amarela, branca, caiçara, cigano, indígena, preta*.

É de conhecimento de todas e todos que o parlamento brasileiro é composto, em sua maioria, por homens brancos. Fato este que joga para o silenciamento sistemático as mulheres e as demais etnias que constituem o povo deste país.

Para solucionar este problema vejo apenas uma saída: mudar a forma de como se distribui as cadeiras nas casas legislativas do Brasil em todas as esferas – união, estados e municípios – adotando os seguintes parâmetros: as cadeiras das casas legislativas do Brasil passam a ser distribuídas por gênero e etnia, utilizando como base os dados do censo do IBGE. E quando se tratar da bancada federal, que seja aplicada a composição destas em seus respectivos estados. Desta forma o parlamento brasileiro fica com a cara do nosso povo e as vozes do povo serão ouvidas.



O calcanhar de Aquiles do “Partido das Mulheres”

THEÓFILO RODRIGUES

Membro do Comitê Municipal do PCdoB Rio de Janeiro e Pesquisador de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ.

Assim como na vida privada se diferencia o que um homem pensa e diz de si mesmo do que ele realmente é e faz, nas lutas históricas deve-se distinguir mais ainda as frases e as fantasias dos partidos de sua formação real e de seus interesses reais, o conceito que fazem de si do que são na realidade (Marx, 1969, p. 45-46)¹.

Em seu *18 Brumário*, Marx já havia notado que partidos políticos constroem fantasias, ou, como preferimos nos dias de hoje, narrativas, sobre suas trajetórias que nem sempre condizem com a realidade concreta. Por exemplo, partidos atuais que vieram da Arena, a organização que sustentou a ditadura militar no Brasil, assumiram nos últimos anos nomes como Democratas (DEM) e Progressistas (PP). Também sabemos que o Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB, nunca representou a social democracia no país, lugar ocupado pelo PT. Ou que o vínculo que o Partido Republicano Brasileiro, PRB, possui com a Igreja Universal do Reino de Deus torna um pouco sem sentido e incoerente o seu nome. Por essa razão, Marx acerta quando nos sugere que devemos olhar para os partidos na formação real e não apenas para os seus discursos. É o que proponho aqui: olhar para o PCdoB real e coteja-lo com o slogan “Partido das Mulheres”.

Salvo engano, o slogan “Partido das Mulheres” surgiu em 2010 com a expressão formulada por Renato Rabelo, então presidente nacional do partido, em comemoração ao Dia Internacional das Mulheres: “O PCdoB é o partido da juventude e das mulheres”². Tese semelhante foi defendida pela senadora Vanessa Grazziotin em 2016: “Eu diria que o PCdoB hoje é conhecido não só como o partido da Juventude. De fato, somos da juventude. Mas, somos o partido também das mulheres”, sustenta Grazziotin³. Com efeito, uma observação mais detalhada do perfil da bancada comunista na Nova República, em comparação com as demais bancadas partidárias, oferece algum grau de legitimidade para a insígnia proposta por Rabelo e Grazziotin.

Entre 1994 e 2019, a participação das mulheres comunistas do PCdoB na Câmara dos Deputados foi significativa. Quando comparamos essa participação feminina das deputadas do PCdoB com as bancadas

Mulheres (%) nas bancadas de esquerda da Câmara dos Deputados (1994-2019)⁴

	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018
PSB	6%	18%	13%	18%	14%	10%	9%
PDT	8%	0	0	4%	9%	7%	11%
Psol				25%	0	17%	50%
PT	13%	10%	16%	12%	13%	12%	18%
PCdoB	20%	36%	42%	33%	40%	40%	45%

dos outros partidos da esquerda do espectro político, a diferença realça aos olhos. Da eleição de 1998 até 2019, o PCdoB manteve sempre mais de 30% da sua bancada formada por mulheres. Em duas legislaturas esse número foi superior a 40%. Nenhum outro partido político de esquerda ou centro-esquerda conseguiu algo semelhante. O Psol chegou em 50%, mas apenas no último mandato eleito em 2018. PT e PSB nunca passaram de 18% de participação feminina em suas bancadas na Câmara. O pior resultado é certamente o do PDT que, por duas vezes, em 1998 e 2002, não conseguiu eleger nenhuma mulher.

Esse fenômeno das comunistas é uma exceção na política brasileira. O percentual de mulheres da bancada comunista não está acima apenas dos partidos de esquerda, mas também da média da Câmara dos Deputados, que nunca passou de 20%. Se em 2010 o percentual de mulheres na Câmara estava em 9% e, em 2014, em 10%, em 2018 esse número passou para 15%.

Falamos até aqui da participação parlamentar. Contudo, na direção nacional do partido, o chamado Comitê Central, a participação feminina também tem se ampliado no período mais recente. No 11º Congresso, em 2005, o partido elegeu para o Comitê Central 79% (63) de homens e 21% (17) de mulheres. No ano de 2009, durante o 12º Congresso, foram eleitas 30% de mulheres, correspondendo a 31 membros do sexo feminino e 70% de homens. Em 2013, no 13º Congresso, a proporção foi praticamente mantida em 31% de mulheres. Finalmente,

no 14º Congresso, em 2017, foram eleitos 131 integrantes para a direção nacional, sendo 45 mulheres, ou 35%. Mas, sob a perspectiva da participação das mulheres, o evento mais importante desse 14º Congresso foi a eleição de Luciana Santos para a presidência nacional do partido. Na análise comparada entre os partidos de esquerda, o PCdoB supera o PSB. Na direção nacional do PSB, eleita em 2018, há 137 nomes com 22 mulheres e 115 homens, o que representa apenas 16% de mulheres. Nesse quesito, no entanto, o PCdoB fica atrás do PT e do Psol. Dos 95 nomes eleitos para a Direção Nacional petista, em 2018, 45 eram mulheres, ou 47%. No Psol, esse número está em 50%.

Como vimos, o PCdoB se apresenta na Nova República como o “Partido das Mulheres”. Mas será que essa narrativa se sustenta na realidade? Se for analisada apenas a variável “participação no parlamento” encontraremos uma confirmação da hipótese. O PCdoB foi o partido com a maior participação proporcional de mulheres na Câmara dos Deputados de 1994 até 2017. Mas isso é o suficiente? Um olhar mais rigoroso poderia dizer que, apesar de ter uma mulher como presidente nacional, a participação feminina nos organismos de direção do PCdoB, ainda que alta em relação ao sistema partidário, é menor do que em outros partidos de esquerda como o PT e o Psol. Por esse critério, haveria outras legendas que poderiam ser designadas como “Partidos das Mulheres”.

Não há dúvidas de que o PCdoB já fez muito pela corrente emancipacionista no

Brasil. Não há dúvidas sobre a legitimidade da expressão “Partido das Mulheres”. Mas talvez tenha chegado a hora do partido dar um passo adiante e superar uma pequena fragilidade, o seu “calcanhar de Aquiles”. Talvez tenha chegado a hora do partido aprovar em seu estatuto a paridade de gênero em todas as suas direções, do Comitê Central aos organismos de base. Afinal, esse aqui é o “partido de novo tipo”, o verdadeiro “Partido das Mulheres”.

—

REFERÊNCIAS

[1] Ver MARX, Karl. *O 18 Brumário*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

[2] *Vermelho*, 19.03.2010. Disponível em: Renato Rabelo: PCdoB é o partido da juventude e das mulheres – Vermelho

[3] PCdoB BA, 22.02.2016. Disponível em: Vanessa Grazziotin: O PCdoB é o partido das mulheres e contribuiu para muitas conquistas (pcdobba.org.br)

[4] Ver RODRIGUES, Theófilo. Notas sobre a participação partidária das comunistas no Brasil. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 11, p. 11-37, 2019.

A luta pelo empoderamento da mulher

VANESSA GRAZZIOTIN

Secretária nacional da Mulher do PCdoB. Foi dirigente estudantil e sindical. Foi vereadora em Manaus, deputada federal e senadora pelo PCdoB Amazonas. Foi procuradora da Mulher no Senado.

A imposição, por séculos, de uma situação de inferioridade, de opressão e discriminação contra as mulheres, têm sido a marca das relações de gênero no mundo e no Brasil. A manutenção e naturalização dessa realidade é de absoluto interesse do sistema capitalista e imprescindível à sua própria sobrevivência.

A partir dessa constatação é legítimo concluir que a completa emancipação das mulheres só será possível com uma nova sociedade, que seja livre das amarras de um sistema cuja essência é a exploração, o individualismo, a falta de solidariedade, a violência contra o povo e que tem na opressão de gênero e raça seus sustentáculos fundamentais.

E é exatamente contra essa situação, de dupla exploração e de opressão, que precisamos mobilizar mulheres e homens. Transformar a violência, o desrespeito e a negação dos espaços de poder às mulheres em combustível para a luta de transformação social, capaz de assegurar uma vida mais digna à todas e que contribua para a construção de uma sociedade melhor, mais justa, solidária, socialista.

Dentre os aspectos centrais da luta das mulheres estão: a luta por igualdade no mundo do trabalho, contra a tripla jornada

de trabalho e os salários inferiores; o combate à violência; a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos, etc. Aqui, entretanto, sugiro que façamos uma reflexão sobre a sub-representação feminina nos espaços de poder e decisão que, assim como a sub-representação de negros e negras, denunciam de forma cabal as desigualdades sociais de gênero e raça, bem como as relações de poder desiguais entre homens e mulheres e entre brancos e pretos.

De forma simples e sem qualquer pretensão acadêmica, diria que, nesse debate, o que importa não é a origem do termo “empoderamento” ou mesmo se ele é amplamente utilizado pelo capital, com objetivos liberais e com o propósito de incentivar as mulheres a se inserirem no “mercado” através do esforço individual, dentro de uma perspectiva meritocrática. O que interessa às forças liberais não é o poder político e decisório eventualmente conquistado pelas mu-

lheres e muito menos a sua emancipação. Pelo contrário. Ao capital só interessa o poder econômico que elas adquirem a partir do momento em que ocupam espaços no mercado de trabalho e que avançam nas responsabilidades pelo sustento das famílias. Hoje mais de 45% das famílias brasileiras são sustentadas por mulheres, enquanto em 1995 eram apenas 25%.

Do ponto de vista do feminismo emancipatório, além da autonomia financeira, do poder econômico, precisamos perseguir duas outras vertentes do empoderamento: primeiro o poder do conhecimento, do saber cidadã, autônomo e transformador, que gera consciência e engajamento na luta por mudanças sociais; e, segundo o poder efetivo, político, a ocupação dos espaços de decisão, em todas as esferas, tanto no setor público quanto no privado.

O poder do saber leva a mulher a conhecer as razões de sua opressão e sofrimento, a compreender as causas que levam à sua exclusão e submissão e, portanto, a lutar por seus direitos e sua emancipação. Já a ocupação dos espaços de poder político efetivo abre caminhos para avançar, de forma mais rápida, nas conquistas por igualdade, diminuição da discriminação e da violência, sobretudo no ambiente doméstico.

O empoderamento traz visibilidade, reconhecimento e respeito às mulheres, contribui para diminuir a situação de “superioridade masculina”, construída e mantida pela sociedade machista e patriarcal. Poder e autonomia financeira das mulheres são fundamentais na busca da igualdade de gêneros.

Os inúmeros, repetidos e crescentes casos de violência e feminicídio que atingem as mulheres, alcançam todas as classes sociais, inclusive aquelas que já adquiriram a independência econômica e que até mesmo ocupam uma situação de superioridade financeira em relação ao companheiro. Essas também estão expostas à opressão e à violência, pois continuam a serem vistas e tratadas como seres inferiores, subalternos, que não ocupam os espaços de comando e,

portanto, “não estão à altura dos homens”. Mulheres até são vistas como capazes e inteligentes, mas os espaços de Poder “não são para elas”. Elas “devem obediência ao sexo forte”. E, assim, o sistema continua a usar de todos os meios para difundir e naturalizar a situação de opressão contra as mulheres, seja de forma sutil ou explícita.

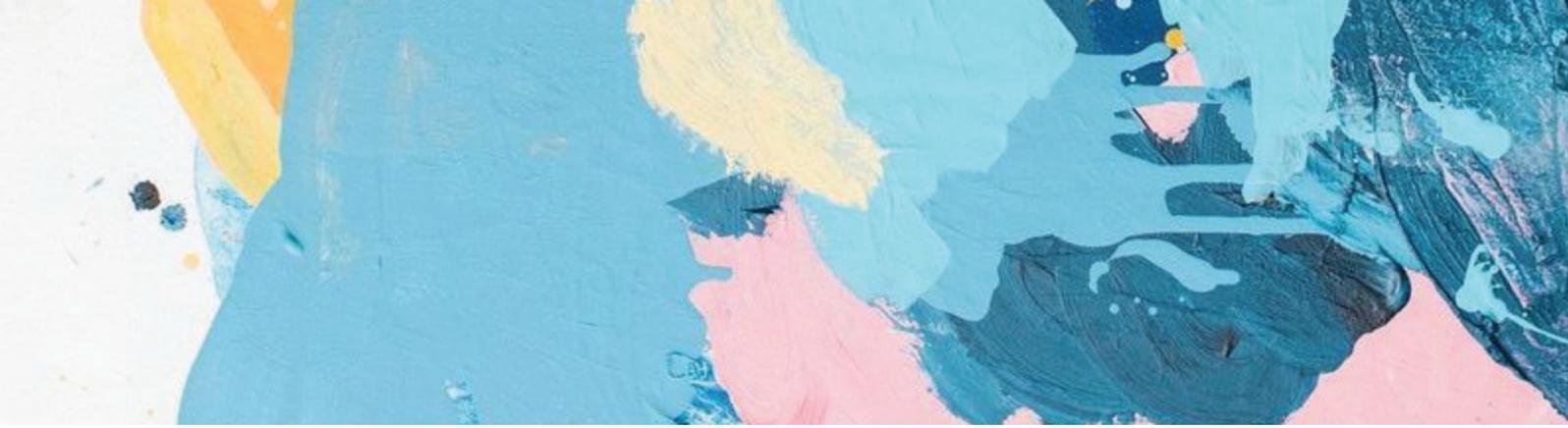
O alijamento das mulheres dos espaços de poder pela sociedade capitalista é tão gritante e injustificável –principalmente num momento em que elas são responsáveis por quase a metade da produção da riqueza– que esse aspecto representa uma das mais evidentes e claras denúncias da situação de opressão, levando a própria estrutura do sistema a “denunciar” essa situação brutal e desfavorável, que tanto sofrimento tem causado às mulheres.

Mesmo no âmbito do atual sistema, e mesmo que os objetivos sejam liberais, é importante sim, para o desenvolvimento da nossa luta emancipacionista, o fato de que organismos internacionais operem em favor das mulheres. A própria Organização das Nações Unidas (ONU), órgão internacional de maior importância para o sistema capitalista, coloca entre seus onze principais objetivos, a “Igualdade de Gênero”, e vários dos organismos de seu sistema atuam na questão, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), que estabelece o “Índice de Empoderamento das Mulheres”, como forma de medir a sub-representação feminina nos espaços de poder, criaram até a ONU Mulher, que objetiva a promoção de igualdade de gênero e o “empoderamento” feminino; e o Banco Mundial coloca a questão da busca pela igualdade de gênero como um fator de referência para o acesso a financiamentos públicos.

Ocupar os espaços de poder significa participar de decisões, elaborar leis, estabelecer políticas públicas, as quais, com a participação feminina, tendem a ser mais inclusivas e menos discriminatórias.

Alcançar e ocupar os espaços de poder significa ampliar os horizontes e avançar na conscientização das mulheres. Por isso deve-

mos lutar para ocupar mais cadeiras no parlamento, evoluindo inclusive na legislação que assegure não apenas cota de disputa, mas vagas efetivas. Mais posições no Executivo, no judiciário, nas empresas públicas e privadas, nos conselhos, enfim, em todos os lugares, pois, todo lugar é lugar da mulher! Por fim, para nós, feministas, a luta pela ocupação dos espaços de Poder é a própria luta contra as estruturas institucionalizadas de discriminação das mulheres e da divisão sexual do trabalho e, portanto, deve ser vista como uma luta estratégica, uma luta pelo processo de emancipação das mulheres e de toda a sociedade.



Cancelamento da conferência de mulheres em governo conservador é vitória das feministas emancipacionistas

VANJA SANTOS

Formada em Filosofia, presidenta nacional da União Brasileira de Mulheres (UBM). Membro do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM).

“Não aceito mais as coisas que não posso mudar, estou mudando coisas que não posso aceitar” Angela Davis

As conferências nacionais de políticas para as mulheres (CNPM) acontecem desde 2004, iniciadas por um governo progressista e apoiado pelo movimento feminista que traduziu o anseio de mudança da nossa sociedade e da vida das mulheres de nosso país, em políticas de Estado formuladas, debatidas e aprovadas por um amplo conjunto de representações das mulheres brasileiras: mulheres dos campos, das águas, das florestas, dos grandes centros urbanos, da periferia, da população de rua, das mulheres em seus territórios. Uma rica construção na perspectiva da emancipação das mulheres e do avanço civilizatório.

Foi durante a realização da 4ª CNPM, em 2016, em Brasília, que Dilma sofreu o impeachment. Um golpe na primeira mulher eleita presidente do Brasil pelo voto democrático. Reforçando o golpe político, agressões misóginas e machistas tomaram

as ruas e as redes contra Dilma e sua representatividade feminina. E nós, mulheres, já sabíamos naquele momento que teríamos que resistir, reagir e lutar. O processo do golpe nos mostrou como podemos ser fragilizadas e desconstruídas nos espaços de poder e decisão. Lugares dos quais o patriarcado e sua construção cultural machista buscam, de forma incansável, nos manter distantes.

A partir desse momento, as investidas da extrema-direita definiram ataques a democracia executada por um governo ultra-conservador, genocida, machista, misógino, racista, homofóbico e violento. O sucateamento dos equipamentos sociais de estado, direitos trabalhistas violados, desinvestimento em áreas importantes como a saúde, educação e políticas sociais, a fragilização das políticas voltadas para as mulheres e, sobretudo, os ataques diários aos direitos sexuais e reprodutivo, funcionaram como

agravantes na tentativa de diminuir o papel da mulher na sociedade brasileira. Somos nós as atingidas por um projeto de governo de regressão civilizatória. Somos nós que estamos perdendo empregos, salários, as que mais sentimos o desmonte do SUS, o esfacelamento das escolas, a fila do INSS, o fim dos projetos de habitação popular e as que nesse momento de pandemia são maioria colocadas na linha da pobreza e da fome. São chefas de famílias que sem emprego, sem perspectivas fazem parte hoje da população de rua em vários lugares do Brasil. Somos violentadas e assassinadas sem que o Estado brasileiro tome uma iniciativa cabível, ao contrário, retira dinheiro da política de enfrentamento de violência contra as mulheres e da política de saúde para as mulheres.

Não bastasse atuar na perspectiva de um Estado mínimo e sem direitos, a negação da ciência por este governo fez com que, iniciando o segundo ano de enfrentamento a pandemia, atingíssemos cerca de 260 mil mortes e mais de 1800 mortes em apenas um único dia. Segundo maior índice de mortes no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos que até um pouco mais de um mês era governado por seu semelhante, um presidente também negacionista.

É nesse cenário de luta pela vida, pela vacina para todos e todas, pelo auxílio emergencial e de luta pela democracia, que se desencadeia o processo ideológico da classe dominante e se dá o recrudescimento do conservadorismo e vimos, então, o Ministério de Damares fazer o chamamento da 5ª CNPM. Franca demonstração de que a vida da população brasileira nada vale frente ao compromisso de entrega de nossas riquezas para o capital internacional e, aproveitar o momento para “passar a boiada” executando uma conferência com altas doses de conservadorismo e autoritarismo, nos submetendo ao calabouço da insignificância como cidadãs remetidas aos caprichos de uma falsa e intolerante religiosidade. Impor como resultado uma vida sem direitos, onde “meninas vestem rosa” presas ao

conceito da “família conservadora” e o “lar como militância possível”. Retrocessos que seriam impostos por força de uma conferência nacional, “supostamente” debatido com as mulheres em seus territórios. A barbárie nos impôs desafios. Como garantir o que já conquistamos como direitos e avançar no que necessitamos dar como resposta pra vida das mulheres reais, em uma conjuntura como a que estamos vivendo? A pergunta inquietante fez com que mulheres dos movimentos sociais e gestoras de secretarias de Mulheres estaduais protagonizassem ações de mobilização para avaliar e responder, na perspectiva de nenhum direito a menos, a construção de uma ampla mobilização contrária a realização da 5ª conferência nacional de políticas para as mulheres. Um passo atrás para impulsionar uma grande vitória, a vitória das mulheres e do povo brasileiro contra a política fascista de Bolsonaro.

A corrente feminista emancipacionista impôs uma derrota ao governo e sua usurpação de direitos que foi publicada no Diário Oficial da União como resolução nº 1 de 23 de fevereiro de 2021.

Participar das lutas pela emancipação das mulheres é tarefa de toda/o comunista

LÚCIO FLÁVIO DE CASTRO DIAS

Militante do PCdoB/DF, advogado e membro da ADJC

Gostaria de saudar a direção e militantes do PCdoB pela oportuna conferência nacional sobre a emancipação das mulheres que está promovendo. Gostaria de pontuar, sobre isso, três questões: uma histórica, uma econômica e uma política.

Historicamente, desde o início, o marxismo, método que orienta a análise dos comunistas, esteve ligado e destacou a luta pela emancipação das mulheres como necessidade histórica e revolucionária.

Engels, em *“A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”*, já assinalava que o surgimento da propriedade privada constituía uma grande derrota social das mulheres. A sociedade igualitária primitiva destacava o papel social proeminente das mulheres. A principal força produtiva, então como agora, era o ser humano, e somente as mulheres reproduziam e geravam novos seres humanos, que eram por elas amamentados, cuidados e protegidos na infância, pelo que o papel social das mulheres sobressaía naturalmente na vida comunal igualitária.

O surgimento da propriedade privada, por circunstâncias históricas, se deu com a concentração dessa propriedade em parcelas

de homens, que foram acumulando com ela poderes desiguais sobre outros homens e, especialmente, sobre as mulheres. Gerda Lerner, em *“A Criação do Patriarcado”* denuncia: a mulher foi a primeira propriedade privada dos homens, escravizadas após violência guerreira contra outros povos, para servir de mão de obra forçada nas plantações e nos rebanhos privados, nos trabalhos domésticos, e para a exploração sexual dos senhores que iniciaram a escabrosa saga do patriarcado, cuja ideologia nos oprime até hoje.

Os marxistas sempre viram com clareza que a emancipação da humanidade só poderia ser alcançada com a emancipação das mulheres do domínio masculino, e que havia questões e lutas específicas destas a serem travadas dentro das lutas gerais.

Do ponto de vista econômico da sociedade atual, para entender a situação específica das mulheres, é preciso lembrar que a crítica da economia política marxista sempre

compreendeu que os trabalhadores, como força produtiva, tinham sua força de trabalho vendida ao capital como uma mercadoria especial, que criava um valor superior ao que recebiam como salário. No entanto, do ponto de vista capitalista, esse salário era um custo de produção cujo limite era o valor necessário para a sua reprodução e continuidade de uso no processo produtivo.

Ora, parte do “custo de produção” de um trabalhador/a são os cuidados domésticos que os mantém vivos e em condições de trabalhar. E esses cuidados recaem quase inteira e exclusivamente sobre as mulheres. Como esses cuidados são um trabalho incessante e extenuante que, embora indispensável para a reprodução do capital, não é remunerado, ele vai aumentar a parcela de mais-valor de que o capitalista se apropria. Enquanto, no trabalho, um trabalhador/a recebe apenas parcela do valor que produz, mas ainda recebe algo, o trabalho social e doméstico das mulheres é expropriado gratuitamente, por completo. Quando a mulher atua diretamente na produção, ainda carrega a carga extra desse trabalho de cuidados, uma dupla jornada de trabalho ainda mais explorada que o trabalhador masculino.

Também aqui, o marxismo é claro: somente impedindo a exploração desse trabalho socialmente necessário, mas não remunerado, é que se pode conseguir suprimir o regime assalariado que é a marca do capitalismo. Os marxistas sempre defenderam a extensão dos cuidados comunitários, como creches, escolas, refeitórios coletivos, como uma necessidade social premente, aliviando a carga feminina. Mas também sempre teve a clareza de que é preciso combater a discriminação feminina na produção, defendendo salários e oportunidades iguais, cargos de responsabilidade compartilhados igualmente, a divisão do trabalho doméstico igualmente entre homens e mulheres e a remuneração por esses cuidados pelo Estado e sociedade.

Do ponto de vista político, fica cada vez mais patente o papel destacado das lutas pela emancipação das mulheres em nosso

tempo. Muitas vitórias foram conseguidas, principalmente no último século, garantindo-se, por exemplo, o sufrágio universal estendido a todas as mulheres, a participação cada vez maior e até superior das mulheres em todas as profissões, o combate à desigualdade salarial e social, o acesso das mulheres aos cargos de direção.

No entanto, ainda estamos muito, muitíssimo, longe do ideal. No Brasil, por exemplo, as mulheres são sub-representadas nos cargos executivos e legislativos, e nos cargos de direção dos serviços públicos e empresas privadas. Uma vitória recente, que deve ser comemorada, foi a obrigação de que 30% dos candidatos a cargos eletivos sejam mulheres, e que 5% dos fundos eleitorais devam ser repassados obrigatoriamente a essas candidatas. Mas esta é uma vitória que precisa ainda ser expandida e consolidada, para que o fosso entre a sub-representação feminina e a super-representação masculina seja coberto. É preciso consolidar isso com o estabelecimento de um percentual mínimo de **cadeiras** no Executivo e no Legislativo que só possam ser ocupadas exclusivamente por mulheres. A PEC 81/2019, articulada originalmente pela ex-senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB-AM, durante seu mandato, para determinar a paridade de gêneros nos assentos da Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas, Câmara Legislativa do Distrito Federal e Câmaras Municipais, deve ser encarada como uma luta prioritária dos comunistas neste momento, em que ela está pronta para votação no congresso.

Cito esta como exemplo de uma luta atual, em meio às centenas de lutas que são necessárias para a emancipação das mulheres. Combater para que as mulheres sejam reconhecidas na ciência, na cultura, na arte, na política, na economia, em todos os campos da atuação humana, onde elas desempenham papéis proeminentes nem sempre integralmente divulgados e recompensados, é um desafio candente, e a participação de todas/os comunistas nessas lutas é uma tarefa revolucionária!



Comunicação para as mulheres

GÉSSICA RUANA

Militante do PCdoB em Recife

Comunicar é sistema
Um meio de construção
Compondo significados
Dentro da argumentação
Mas no fim quem prevalece
E tem força e aparece
É poder de opinião

Pra mulher é mais difícil
Ter a voz de influência
E dizer o que precisa
Sem enorme persistência
Exigindo grande esforço
Uma ajuda pra reforço
Muita calma e paciência

Diante disso é preciso
Às mulheres dar espaço
E que não fiquem atrás
Mas à frente do compasso
Questionando e opinando
Conduzindo e planejando
Mostrando o seguinte passo

Nossa luta tem batismo
Feminismo popular
Que articula um movimento
Pra mulher se emancipar
Ter fala reconhecida
E o poder de ser ouvida
Sem que a mandem se calar

Trazer a mulher pra perto
Também é fundamental
Através de uma linguagem
Que se consista integral
Com discurso equivalente
Que se faça coerente
Na condição de igual

Como as mulheres sentem
Se estão bem representadas
Nas funções de autoridade
Também estão designadas?
E na comunicação
No centro dessa função
Quantas estão integradas?

Dizem que grande poder
Exige maturidade
Se faz bem justo e preciso
Ter responsabilidade
Discursos tem força tal
Que há quem use para o mal
Pra fazer atrocidade

Exemplo disso é Hitler
Nosso próprio nos recai
Que confunde a multidão
Com ópio o povo distrai
De quem falo é bem claro
Do medíocre Bolsonaro
Sujo torpe que nos trai

Ademais comunicar
Para o bem serve também
E com a força da mulher
Não terá para ninguém
Constituir a mudança
Ir com garra e esperança
A coragem nos convém

As mulheres devem sim
Ter espaço de falar
Seja aqui seja lá fora
Em todo e qualquer lugar
Pela nossa inclusão
Por nossa emancipação
Feminismo popular



O feminismo Emancipacionista, a identidade e a luta feminista

JULIETA PALMEIRA

Membra do Comitê Central do PCdoB e da Coordenação do Fórum Nacional de Mulheres do PCdoB, da CP do Comitê Estadual do PCdoB/Bahia

Abro um diálogo com o item 39 do documento-base da 3ª Conferência Nacional do PCdoB sobre a Emancipação das Mulheres que afirma: “A negação teórica do identitarismo, da luta fragmentária, não pode levar as(os) comunistas a negarem a existência de opressões específicas, que obstaculizam a emancipação pessoal e coletiva”.

Considero relevante chamar a atenção para a relação do feminismo emancipacionista, que se pauta no marxismo, com a questão da identidade, uma vez que ela não necessariamente apaga a opressão de classe ou a luta anticapitalista. O identitarismo sim, porque é um meio e um fim em si mesmo. Mas o reconhecimento de identidades diferentes ou de identidades iguais não quer dizer em si fragmentação, ao contrário.

Quando Marx falava em transformar a classe em si em classe para si, estava falando de identidade de classe como elemento fundamental para a luta anticapitalista?¹ É a revolucionária socialista alemã Klara Zetkin, na minha opinião, quem iniciou, com maior ênfase, o debate de que a questão da identidade não pode ser considerada apartada da luta revolucionária e contra o capitalismo².

Questões como sexualidade, aborto, trabalho feminino, dominação patriarcal e outras não podem ficar subsumidas para o feminismo emancipacionista e algumas delas com o risco de serem apropriadas indevidamente por outros feminismos. Algu-

mas dessas questões nos levam a questão do trabalho produtivo e reprodutivo, divisão sexual do trabalho tema que não estamos tratando nesse breve diálogo com esse item do documento-base.

Para o feminismo emancipacionista na atualidade é necessário estabelecer as pontes da identidade com a dimensão de classe, o racismo estrutural e o patriarcado e, o entrelaçamento dessas dimensões na sociedade brasileira, apontada por feministas comunistas a exemplo de Loreta Valadares³ e outras, desde a década de 1990.

A questão é avançar mais para analisar o entrelaçamento dessas dimensões na realidade brasileira, fortalecendo as ideias do feminismo emancipacionista que é anticapitalista, revolucionário e transformador. Existem narrativas diferentes em disputa no movimento feminista.

O combate à violência contra as mulheres, em especial a doméstica e familiar, une uma ampla faixa de feminismos, do feminismo liberal ao feminismo marxista, emancipacionista. Mas quais as causas e como supe-

rar essa violência de gênero que faz com que as mulheres negras, de comunidades periféricas, sejam as mais atingidas, são questões encaradas de forma diferente no movimento feminista ou pelos feminismos.

Para o feminismo emancipacionista para combater a violência contra as mulheres, é preciso identificar a raiz dessa violência assentada em nossa sociedade, o seu entrelaçamento com a dimensão de classe, raça e gênero e não somente considerá-la uma questão cultural que, sem dúvida, a violência de gênero também tem a ver.

Da mesma maneira, a luta por ampliar a representação feminina na política e em outros espaços de decisão é comum a vários feminismos. Mas para feminismo emancipacionista e outros é necessário ampliar a participação na política para fortalecimento da democracia e caminhar para romper com a divisão sexual do trabalho. E mais para dar celeridade histórica para a equidade de gênero e o rompimento das relações de dominação patriarcal retroalimentada no capitalismo. Trata-se de eleger mulheres também identificadas com o projeto transformador da sociedade brasileira. Para o feminismo liberal tem foco no empoderamento da mulher dentro do capitalismo e relacionado a ampliar as oportunidades. São visões excludentes.

Nesse momento em que o feminismo emancipacionista pretende alcançar mais corações e mentes, atingir uma dimensão popular, não contribui considerar determinadas pautas como simplesmente “específicas”, ou identitaristas ainda mais quando elas confrontam com o sistema de opressão. Estar lado a lado com as mulheres em sua mobilização pela vida e pela democracia, inclui reconhecimento também de diferenças entre elas e as identidades. Um exemplo são os impactos da crise de saúde e da repercussão da retração da atividade econômica, resultantes de medidas sanitárias necessárias para combater à pandemia da Covid-19.

O impacto é diferente para as mulheres negras, por exemplo, porque houve um aguçamento diante de desigualdades pré-existentes na dimensão de classe, gênero e raça e seu entrelaçamento. Garantir a vida para

as mulheres de comunidades periféricas, em sua maioria negras, significa resistir a ampliação da fome, da violência doméstica e familiar e da violência associada ao racismo estrutural que tem ceifado muitas vidas de mulheres e suas filhas e filhos nessas comunidades. Garantir a vida para as mulheres durante a Covid-19 é ter vacina para todo mundo para alcançar a imunidade coletiva e também garantir o direito à saúde das mulheres, seus direitos sexuais e direitos reprodutivos.

Continuam a acontecer as mortes de mulheres pelas dificuldades de acesso aos serviços de saúde ou ainda a manutenção dos altos índices de mortalidade materna – que tem suas causas evitáveis – aliás uma delas é o aborto inseguro e a gestação não monitorada com o pré-natal. É lutar por medidas urgentes do governo federal para geração de renda e emprego e para superar a desigualdade no mundo do trabalho aonde as mulheres estão em postos com vínculos empregatícios mais precários e as chefas de família que criam seus filhos e filhas sozinhas, muitas das pessoas que estavam na informalidade, tem ameaçada a sua subsistência e de suas filhas e filhos.

Essas são algumas das questões concretas das mulheres, entre tantas outras, em sua luta por representação na democracia que queremos fortalecer com o fim da sub-representação feminina e em um projeto de desenvolvimento aonde as mulheres tenham participação. Maioria do eleitorado e da população, as mulheres são ainda minoria política, mas é bom situar que o feminismo tem a ver com uma maioria que possui diferenças e diversidades entre si e por isso se aplica o termo mulheres. Esse é o feminismo emancipacionista e popular.

—

REFERÊNCIAS

[1] MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, Vol. I, Tomo I, 1985.

[2] BADIA, Gilbert. *Clara Zetkin: vida e obra*. São Paulo: Expressão popular, 2003.

—Discurso realizado em novembro de 1922 (ZETKIN, Klara. “Organizing women”. [On Line]. <http://www.marxists.org/archive/zetkin/1922/ci/women.htm>. Acesso em março 2021).

[3] VALADARES, Loreta K. *As faces do feminismo*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2007

Exposição na pré-Conferência sobre Emancipação das Mulheres da Bahia

DANI COSTA

Secretária da Mulher do PCdoB/BA. Texto transcrito pelas integrantes da Comissão Estadual de Mulheres do PCdoB-Bahia: Karla Ramos, Juliana Campos com a parceria da Mariana Paixão

Estamos na 3ª. Conferência Nacional do PCdoB sobre Emancipação das Mulheres, a nossa 2a. Conferência aconteceu há 12 anos, então o desafio é grande para a atualização da teoria política feminista e organizativa do Partido, em tempos de Pandemia.

Nós sabemos que o feminismo é construído por diversas vertentes, não nos referimos mais ao feminismo no singular, falamos feminismos, no plural, assim como mulheres, nós nos referenciamos a partir desse lugar, de mulheres nas suas diversidades entendendo essa questão como importante para a luta da igualdade de gênero, entendendo que as diferenças precisam ser saudadas, as diferenças precisam ser entendidas como um marcador de riqueza na construção de uma sociedade, de um país. As diferenças não podem ser conformadas em desigualdades.

Por eu ser uma mulher negra, e outra ser uma mulher branca, nós somos diferentes, mas os nossos lugares não devem ser compreendidos a partir das desigualdades tão próprias de uma sociedade que se estrutura pelo racismo, pelo sexismo, pelos valores patriarcais. Nós buscamos, tanto eu, quanto Julieta Palmeira, Alice Portugal,

quanto Olívia Santana, quanto todas as mulheres que estão aqui presentes e os homens também, a igualdade entendendo que nós somos diferentes, sim. Entendendo que essa é a nossa riqueza, é o nosso patrimônio. Por isso é importante a gente sempre valorizar a pluralidade.

A pluralidade começa a partir desse entendimento: não existe só um tipo de feminismo, existem os feminismos e nós integramos a corrente política que entende o feminismo por meio da luta de classes, pela estruturação das classes sociais tão bem definida pela nossa referência teórica Karl Marx.

As nossas contribuições bebem nas fontes marxistas, das formulações de Marx, Lenin, Engels, Gramsci, Alexandra Kollontai, Loreta Valadares. A partir disso não há como analisar a luta feminista no Brasil sem entender a crise estrutural do capitalismo e o impacto entre as mulheres, isso é fundamental.

Nossa vertente feminista considera o entendimento do contexto político – social conjuntural que é movido pelas relações de trabalho construídas historicamente em nossa sociedade, porque existem aqueles feminismos que entendem a partir de valores culturais, existem vertentes culturalistas e liberais que acham que basta a gente lutar pelo empoderamento da mulher dentro dessa estrutura capitalista que nós seremos assim assimiladas pela sociedade do capital, NÃO.

O nosso feminismo luta pela mudança radical da sociedade e para isso precisamos entender a crise que o capitalismo vive e o impacto dessa crise entre as mulheres.

Nós estamos em uma nova etapa do capitalismo financeirizado, se antes nós tínhamos um mundo bipolarizado com a Guerra Fria, as civilizações atuais vêm construindo a multipolaridade da geopolítica. Tivemos a chance de vivenciar esses impactos nos governos da esquerda que também fortaleceram o campo multipolar, nós tínhamos a relação do Brasil com a Índia, China, África e América Latina, garantindo a nossa soberania.

Essa fase de transformações da economia produtiva têm um impacto muito forte da indústria produtiva tecnológica e isso aumenta de fato as desigualdades e concentração de renda, porque essa etapa do capitalismo, produtiva, tecnológica exige uma classe trabalhadora muito diferente das décadas de 70, 80 e até mesmo da década 90. Exige uma qualificação dessa classe trabalhadora e boa parte está excluída das novas condições de relação de trabalho.

O nosso camarada Clóvis Moura já abria caminhos para refletirmos sobre as transformações da classe trabalhadora e das relações de trabalho quando ele apontava, por exemplo, os trabalhadores descartáveis, analisando como a população negra, na história das civilizações, sempre foi considerada uma força produtiva facilmente descartável. Primeiro, porque a população negra sempre esteve excluída em grande maioria do acesso à educação pública e profissiona-

lizante da qualificação exigida nas relações de trabalho. Não à toa a população negra sempre foi força de trabalho precarizada. Importante afirmar que não houve políticas de inclusão socioeducacional da população negra a partir da abolição formal no Brasil, por isso que Ângela Davis diz que a nossa luta ainda é a luta abolicionista, pela busca da liberdade plena e civilizatória. Nós conquistamos do ponto de vista dos direitos formais, o direito de a ter liberdade, mas substantivamente continuamos excluídas, confinadas nas periferias das grandes cidades, sem direito a uma educação de qualidade, sem direito a exercer uma força produtiva criativa nas relações de trabalho, saneamento básico, moradia digna.

Nós do PCdoB, ao apontar essa realidade, não fazemos uma leitura catastrófica sobre a capacidade de o povo resistir em luta, ao dizer: – que estamos em um mundo do capitalismo financeirizado, com relações de trabalho em mutações, aumentando o desemprego, as desigualdades sociais e a concentração de renda, mas o caminho é a barbárie, NÃO.

Para nós o caminho é da resistência, precisamos esperar, porque ao constatarmos que nós estamos nesse caos, principalmente aqui no Brasil, onde a extrema direita assumiu e conduz a política em nosso país, nós precisamos apresentar uma alternativa, de lutas políticas de resistência numa construção de um projeto nacional de desenvolvimento.

A nossa alternativa não será pelo capitalismo, a resposta não virá do capitalismo e sim pela resistência e pela luta por uma sociedade socialista. No Brasil, a nossa democracia está ameaçada desde o golpe a presidenta Dilma. O golpe que sofremos em 2015, já foi um ataque direto à democracia. Algumas pessoas diziam que o sistema político no Brasil sobreviveria sem grandes arranhões a democracia brasileira, que já tínhamos superado crises institucionais esvaziando o conteúdo da disputa política do Poder. Importante revisitar a memória que alguns setores, inclusive do nosso campo,

acreditavam de que tínhamos condições de sobreviver, que a democracia não estava sob ameaçada, porque o sistema democrático de direitos é consolidado pela Carta Constitucional de 88, entretanto, o PCdoB já tinha a leitura de que a nossa democracia estava sob ameaça, porque não era um ataque pontual ao projeto político em curso pelos partidos de esquerda e centro-esquerda pelo candidato derrotado do PSDB Aécio Neves nas eleições de 2014, não era apenas uma movimentação do PSDB, para questionar o resultado eleitoral ou apenas um processo de impeachment por crime de responsabilidade fiscal da presidenta Dilma.

A agenda não era só essa. Crescia uma onda conservadora no país, uma onda que era representada por diversas vozes, não apenas pelo PSDB, porque existia uma outra voz representando as forças conservadoras no Brasil. Existia a voz de Bolsonaro e muitos subestimaram naquele momento, aquela voz. E essa voz se apresentou com muita força popular, porque mobilização popular não é somente impulsionada pelos setores avançado e progressista de uma sociedade, também se movimenta pela via da direita e de extrema direita.

Existia a voz de Bolsonaro também naquele Congresso e existia um projeto político eleitoral até então sendo construído pela família Bolsonaro, ele já pensava na eleição presidencial desde a derrota do PSDB com Aécio Neves, em 2014.

Mulheres populares, legado de força, luta, superação e solidariedade!

ÂNGELA GUIMARÃES

Socióloga, presidenta Nacional da Unegro e membro do Comitê Central do PCdoB

O processo histórico de formação da sociedade brasileira, assentado no racismo e patriarcado na construção de um sistema capitalista dependente e periférico, agrário, monoexportador, resultou numa inserção subalternizada do Brasil no tabuleiro da economia capitalista internacional. De colônia agrário-exportadora, fomos submundo, depois Terceiro Mundo e agora a metáfora “país em desenvolvimento”. Até o limitado “Estado de bem-estar social” sempre foi mais um sonho do que realidade nessas bandas.

O PCdoB sempre examinou atentamente a intensa exploração capitalista e seus perversos efeitos nas vidas das mulheres brasileiras, bem como atuou na organização política destas visando a superação deste sistema produtor e reprodutor de desigualdades e opressões. Na atual conjuntura, de defensiva das forças democráticas e progressistas, sobressai a importância da formação de uma frente ampla para a derrota do campo ultraliberal e conservador representado por Bolsonaro, inimigo das mulheres e do povo brasileiro e os esforços do Partido para a consecução de um novo Projeto Nacional de Desenvolvimento.

O Brasil lidera, há tempos, os rankings de concentração de renda, pior distribuição de renda e, por consequência, baixíssimos índices de acesso ao saneamento básico, mo-

radia, segurança alimentar, acesso a transporte coletivo de qualidade, ao lado dos indicadores que representam um verdadeiro **estado de calamidade pública**, com os gravíssimos números do feminicídio, homicídios de jovens negros, superencarceramento de mulheres e homens pobres, de esmagadora maioria negra, essa bomba relógio, prestes a explodir já seria motivo para uma guerra civil, uma insurreição sem precedentes no país. Chama atenção o controle social exercido pelo monopólio privado dos meios de comunicação de massa e, com o advento da revolução tecnológica, a extensa rede de ódio e *fake news* segue a desinformar a maioria da nossa população, serve também ao propósito de amortecer a revolta, criminalizar as ações dos movimentos sociais e dispersar as iniciativas de organização popular antissistêmicas.

Este caos social e econômico ainda não se transformou numa barbárie generalizada porque existe uma intensa rede de solidariedade invisível aos olhos de muitos, lideradas por mulheres do povo, periféricas, pobres, geralmente chefas de família solo, que atuam às margens de um Estado capitalista que não provê renda básica, alimentação, saúde, habitação, segurança, trabalho e renda, creche, para os segmentos mais vulneráveis e que acabam tecendo a trama da resistência cotidiana e silenciosa.

O exercício do **Feminismo Popular** acontece quando uma vizinha toma conta do filho da outra, enquanto a trabalhadora doméstica sai de madrugada pra trabalhar; quando aciona a prima que trabalha no posto de saúde do bairro para agilizar o atendimento de uma amiga ou vizinha que nunca consegue pegar a senha distribuída sempre em número menor do que a demanda; quando a filha mais jovem ajuda as tias/vizinhas a se inscreverem no Bolsa Família ou no Auxílio Emergencial por não dominarem as “manhas” da tecnologia; quando uma mulher que recebe uma doação de cesta básica e divide ao meio por reconhecer a mesma dificuldade na casa da vizinha ao lado, cujos filhos não se alimentaram nos últimos dias; quando a vizinha que trabalha fora, só compra no mercadinho e padaria do bairro; contrata pequenos serviços na própria vizinhança; são as redes de economia solidária desenvolvidas por meio de associações e cooperativas que têm permitido algum tipo de perspectiva de trabalho e renda, dentre outras inúmeras ações que têm sido fundamentais para a costura da teia cotidiana de apoios mútuos e solidariedade que nos permitiram resistir até aqui. Este **feminismo popular**, cotidiano que tem por base a solidariedade, nos manteve fortes e vivas até aqui!

Aprendizados acumulados com as históricas experiências da Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD), organização criada em Salvador, em 1832, com o objetivo de promover ajuda mútua entre pessoas negras, responsável pela compra de alforrias

ainda no período escravista e também pela aquisição e distribuição de itens básicos de sobrevivência, como roupas e alimentos, e ajuda a desempregados e doentes no pós-abolição. As irmandades negras, como a da Nossa Senhora da Boa Morte de Cachoeira-Bahia, irmandade afro-católica formada exclusivamente por mulheres, que também são de Candomblé, em 1820, que organizavam a compra de alforria, realização de festejos, obrigações religiosas, pagamento de missas, funerais, caridade e vestuário. As experiências do século XX, que seguem iluminando a nossa luta, vão desde os grupos de mães nos bairros populares, responsáveis por organizar círculos de alfabetização de mulheres, distribuição de métodos anticoncepcionais e mesmo creches comunitárias, às Pastorais da Igreja Católica de apoio à criança, à mulher, à população encarcerada, à juventude, aos e às trabalhadoras rurais. Passam também pelos Círculos Operários que, além de organizar a luta sindical, tinham base de atuação nos bairros organizando ações culturais e de convivência social; pelos Terreiros de Candomblé e sua atuação de socorro espiritual, mental e material desde sempre; pelas Escolas de Samba e toda a sua ampla atuação comunitária (não é apenas Carnaval, procure saber!); pelas associações de moradores que lideraram as lutas por urbanização, o movimento contra a carestia, conquista da moradia, transporte e outros direitos; pelos grupos de teatro, dança, capoeira, samba, blocos afro e afoxés, que por meio da expressão artística denunciavam os problemas das periferias e ainda cumpriam o papel de levar arte para a comunidade num contexto de negação de direitos para os segmentos mais vulneráveis; pelos atuais cursinhos pré-vestibulares para estudantes de escolas públicas, entre outras iniciativas. Experiências populares lideradas fortemente por mulheres do povo são a base de um **feminismo popular** que sempre existiu.

As atuais campanhas de solidariedade no contexto da pandemia são a atualização destas e de muitas outras experiências

coletivas que se desenvolvem nas periferias do país. Lideradas por mulheres, sobretudo chefas de família solo, têm se mobilizado por meio de articulações comunitárias e fortalecimento de redes de solidariedade para combater o vírus e reduzir os impactos sociais e econômicos nos territórios. As organizações populares têm buscado articulações com diferentes atores da sociedade civil, como universidades, ONGs e empresas privadas, visando arrecadar doações de alimentos, roupas, itens de higiene pessoal e álcool em gel, cadastro de famílias de baixa renda, combate a *fake news*, produção de conhecimento, acolhimento e capacitação de jovens moradores de periferias. Precisamos persistir nessas ações de solidariedade!!

Neste contexto, sobressai a importância de mergulharmos e nos amalgamarmos com as necessidades e demandas das mulheres populares, em torno da alimentação, da vacina, do emprego, do auxílio emergencial e outras propostas de renda básica, da habitação, do transporte, da iluminação, das creches públicas, do acesso à Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, das oportunidades para a juventude periférica, pelo Fora Bolsonaro.

Importa e muito às mulheres comunistas, visibilizar, apoiar e nos amalgamar às essas ações cotidianas do **Feminismo Popular** e fazer o “ajuntamento”, a soma destas à nossa histórica luta por políticas públicas para emancipação das mulheres como o Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, creches públicas em tempo integral e também no turno noturno, restaurantes populares e lavanderias públicas, acesso ao mundo do trabalho com direitos, salário igual para trabalho igual, direitos sexuais e reprodutivos com acesso a métodos contraceptivos que evitem gravidez indesejada, direito à maternidade sem perda de emprego, combate ao assédio moral e sexual no ambiente de trabalho, políticas de saúde no enfrentamento à feminilização das ISTs/AIDS, acesso transporte coletivo adequado e livre de assédio, combate à cultura do estupro, descriminalização do aborto, luta contra a violência obstétrica, acesso e permanência na Univer-

sidade, ocupação dos espaços de poder, luta por terra, defesa da vida contra qualquer tipo de violência, ampliação das redes de atendimento às mulheres em situação de violência, enfrentamento ao feminicídio, luta contra a violência LGBTfóbica, contra o racismo, contra a violência política de gênero dentre outras bandeiras de extrema relevância.

Mobilizar a sociedade e trabalhar para constituir fundos populares de auxílio às mulheres chefas de família solo, de apoio a experiências coletivas e individuais de economia solidária e empreendedorismo, organização de redes de atendimento às mulheres em situação de violência nos territórios, de acesso à Justiça, uma infinidade de propostas de ação que devem e precisam emergir deste momento de profundo balanço da nossa atuação, visando o necessário salto político e organizativo do quase centenário Partido Comunista do Brasil entre as mulheres do povo, na perspectiva de um **Feminismo Popular**, afirmando o PCdoB como dialeticamente este braço de solidariedade imediata e também aquele a apresentar perspectivas de transformação estrutural com o alvorecer do socialismo no Brasil.



**Mais Democracia,
mais Mulheres na Política**



Secretaria Nacional da
Mulher do PCdoB